

Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2016.

(Do Sr. Marco Antonio Tebaldi)

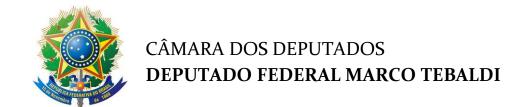
Altera o Parágrafo 3º e acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 176 da Constituição Federal, e dá outras providências.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60º da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O art. 176° da Constituição passa a vigorar com a seguinte

redação:
"Art. 176°
§ 1°
§ 2°
§ 3° A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, sem prévia anuência do poder concedente, que estabelecerá os requisitos ou restrições cabíveis.
§ 4º
§ 5º O disposto nos § 1º não se aplica ao aproveitamento, pelo pode público, de jazidas de substâncias minerais de uso imediato na construção civil que lhe será facultado, nos termos da lei, desde que o produto da lavra seja destinado exclusivamente à utilização em obras públicas." NR

Art. 2º - Esta Emenda à Constituição entrará em vigor na data de sua publicação.



Justificação

A presente Proposta de Emenda Constitucional (PEC) visa autorizar o poder público a explorar as jazidas de substâncias minerais de uso da construção civil em obras públicas. A utilização de substâncias minerais como areia, cascalhos, saibros, rochas e calcário poderá reduzir consideravelmente os custos da manutenção e construção das obras públicas no Brasil, em um momento crucial aos municípios, devida a baixa arrecadação e a redução dos repasses do Governo Federal devido à crise que assola o País.

A proposta aqui apresentada é um pleito antigo dos municípios formulado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que o nega sob o argumento de que as restrições estatuídas no art. 176°, da Constituição Federal, afastam a possibilidade de que pessoas jurídicas de direito público atuem nas atividades de exploração e aproveitamento dos bens minerais, porquanto reservadas, sem exceção, a brasileiros, pessoas físicas, ou empresas brasileiras de capital nacional:

Em face do que dispõe o art. 176° da Constituição Federal, as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, pertencem à União, garantia ao concessionário à propriedade do produto da lavra. (EC n° 6/95)

§ 1º a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 2 ° é assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei. § 3 ° a autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

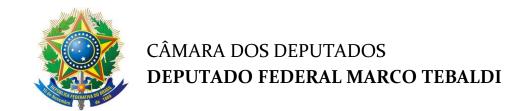
§ 4º não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Em consequência, e à falta de disposição constitucional específica, tais atividades não estão ao alcance direto das entidades federadas, que poderiam explorar essas atividades para utilização imediata na construção, reformas e manutenção de equipamentos e vias públicas.

O ensejo da proposição de mudanças no art. 176° é autorizar aos municípios em seus limites geográficos, a exploração de minerais pelo poder público para o uso imediato em obras públicas, quando executada diretamente pela administração direta e autárquica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sendo lhes permitido a extração de substâncias minerais de emprego imediato à construção civil, definida para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas diretamente, respeitando as legislações em vigor e nas áreas onde devam ser executadas as obras, sendo vedada à comercialização.

A Administração Municipal somente poderá dar destino ao material que pretende retirar da jazida em obras públicas em regime de execução direta e o volume necessário. Não podendo fornecer para execução de obras em regime indireto, ou, por exemplo, vender ou doar a outros órgãos ou entidades da Administração Pública diversa ou a particulares, mesmo que disponha de autorização em leis municipais.

Caberá a União à concessão e autorização da exploração mineral, assim que os requisitos legais preenchidos pela entidade federada na obtenção da lavra, desde o requerimento mineral, que garante o direito de prioridade se devidamente instruído, seguindo pelos demais documentos previstos na



legislação. Cabendo ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fiscalizar e regulamentar a atividade mineral e outorgar a Portaria de Lavra.

Do mesmo modo, o município deverá respeitar a Constituição Federal em seu art. 225 § 2º, que determina que aquele que explorar os recursos minerais será obrigado a recuperar o meio ambiente degradado (princípio da obrigatoriedade da recuperação ambiental), de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA), que estabelece em seu art. 2º, VIII, o atendimento a variados princípios dentre os quais, o de recuperação das áreas degradadas, regulamentado quanto à atividade minerária pelo Decreto federal nº 97.632/1989.

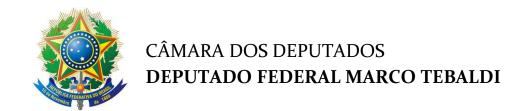
O (DNPM), tem em sua competência estabelecida nos princípios e nas fases do procedimento administrativo, a instauração, instrução, defesa, relatório e julgamento, sempre garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa, inclusive na revisão das decisões e se necessário impor sanções, estabelecidas na Lei Federal nº 9.605/1998, Art. 55°:

Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único - Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Todas essas legislações e artigos incluídos na norma constitucional formam uma verdadeira política para o setor mineral através dos Decretos – Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14/03/67 e pelas Leis nºs 6.403, de 15/12/76; 6.567, de 24/09/78; 7.085, de 21/12/82; 7.805, de 18/07/89; 7.886, de 20/11/89 e 8.901, de 30/06/94, que no



atual sistema de exploração dos recursos minerais são consideradas propriedade da União e o assim chamado "regime do domínio público" pelo qual os recursos minerais pertencem ao Estado, que poderá, mediante autorização ou concessão federal, atribuir ao particular a sua revelação e o seu aproveitamento.

Nesse sentido, a Constituição Federal em seu artigo 22º, cita a competência privativa da União de legislar sobre as jazidas, minas, outros recursos minerais, além de registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais, habilitando e editando normas da exploração minerária.

Assim sendo, respeitando os requisitos previstos no art. 60°, da Constituição Federal, art. 201° do Regimento Interno (RICD) e pelas razões aqui apresentadas, peço aos nobres pares desta Casa, apoio a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das sessões, 24 de maio de 2016.

MARCO TEBALDI

Deputado Federal - PSDB/SC